

RESUMO

A NATUREZA E A TUTELA DOS CRÉDITOS LABORAIS NO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA

Não raras vezes, o processo de insolvência, tendo por objetivo a satisfação dos interesses dos credores, não consegue alcançar o desiderato a que se propõe, porquanto os empresários estão convencidos de que o processo de insolvência é o fim de linha para as empresas, acabando por recorrer a ele quando a empresa está sobre-endividada.

É por isto que, muito dificilmente, uma empresa declarada insolvente tem bens suficientes para pagar à totalidade dos seus credores.

O desafio, na presente dissertação, é então analisar os créditos laborais, porque nos parece serem os mais sensíveis e carecidos de especial proteção legal, bem como esmiuçar os diferentes meios previstos na lei de lhes conceder proteção para que possam ser pagos com preferência, sem olvidar os créditos dos demais credores.

Palavras-chave: aquisição do estabelecimento, créditos laborais, Fundo de Garantia Salarial, privilégios creditórios.

ABSTRACT

THE NATURE AND PROTECTION OF LABOR CLAIMS IN INSOLVENCY PROCEEDINGS

The insolvency process fails to achieve, not infrequently, the aim it seeks. It happens especially when the purpose is satisfying the interests of creditors. Entrepreneurs are convinced that the insolvency process is the end of the line for companies by finally resorting to it when the company is over-indebted.

That is why it is very difficult for an insolvent declared company to have enough assets to pay all of its creditors.

In this dissertation, the challenge is to analyse labour credits because it seems to us to be the most sensitive issue and in need of special legal protection, as well as, to break down the different means provided by law to grant them protection so that they can be paid with preference and without forgetting the other creditors' credits.

Keywords: acquisition of the establishment, labour credits, privileged claims, Wage Guarantee Fund.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
ABSTRACT	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DA INSOLVÊNCIA	
EM PORTUGAL	21
1. Nota introdutória	21
2. Sistema da falência-liquidação	22
2.1. Ordenações	22
2.2. Código Comercial de 1833	24
2.3. Código Comercial de 1888	26
2.4. Código das Falências de 1899	26
2.5. Código de Processo Comercial de 1905	27
2.6. Decreto n.º 21758, de 22 de outubro de 1932	27
2.7. Código das Falências de 1935	28
2.8. Código de Processo Civil de 1939	29
3. Sistema de falência-saneamento	30
3.1. Código de Processo Civil de 1961	31
3.2. DL n.º 177/86, de 2 de julho	33

3.3. Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e da Falência (CPEREF)	35
4. Regresso ao sistema de falência-liquidação	41
CAPÍTULO II	
O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	45
1. A situação de insolvência	45
2. A declaração judicial de insolvência e o destino da empresa	48
2.1. A manutenção da empresa	50
2.2. O encerramento da empresa	51
2.3. A transmissão da empresa.	52
CAPÍTULO III	
OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA DO EMPREGADOR NO CONTRATO DE TRABALHO	55
1. Regime jurídico aplicável	55
2. O destino dos contratos de trabalho	58
2.1. Efeitos em caso de manutenção da empresa	60
2.1.1. Cessação de contrato de trabalho de trabalhador dispensável.	61
2.1.2. A celebração de novos contratos de trabalho pelo administrador da insolvência	63
2.2. Efeitos em caso de encerramento da empresa.	65
2.3. Efeitos em caso de transmissão da empresa	68
3. A participação dos trabalhadores no processo de insolvência	72
CAPÍTULO IV	
CRÉDITOS LABORAIS.	75
1. A natureza dos créditos laborais: distinção entre créditos sobre a insolvência e créditos sobre a massa	75
2. Créditos remuneratórios	84
3. Créditos indemnizatórios.	85
4. Créditos compensatórios	88

CAPÍTULO V	
A TUTELA DOS CRÉDITOS LABORAIS	93
1. Os privilégios creditórios laborais: uma exceção ao princípio <i>par conditio creditorum</i>	93
1.1. Privilégio mobiliário geral	98
1.2. Privilégio imobiliário especial	101
2. Fundo de Garantia Salarial	110
2.1. Evolução histórica	110
2.2. O regime do Fundo de Garantia Salarial vigente	114
2.3. A questão da sub-rogação legal	123
3. Fundo de Garantia de Compensação de Trabalho, Fundo de Compensação de Trabalho e Mecanismo Equivalente.	127
4. Direito de alimentos ao trabalhador da empresa insolvente	131
5. Aquisição do estabelecimento pelos trabalhadores e o destino dos contratos de trabalho.	131
CONCLUSÃO.	149
BIBLIOGRAFIA	157
LISTA DE JURISPRUDÊNCIA	163